

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

ATIVIDADE ECONÔMICA, MERCADOLOGIA E CONCORRÊNCIA

(Textos introdutórios ao estudo da Economia)

M827a



Benedito R. de Moraes Neto



SÃO CARLOS - 1986

0753341

1 - ECONOMIA POLÍTICA E ATIVIDADE ECONÔMICA

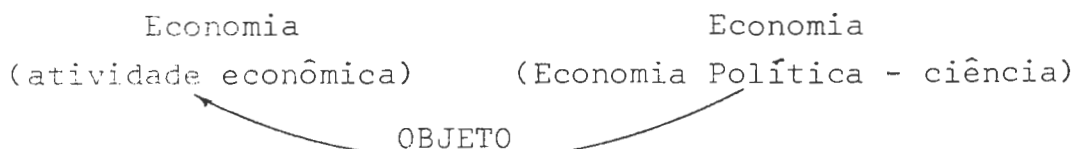
Verifiquemos inicialmente qual o sentido da palavra "economia":

1. a economia brasileira não vai bem;
2. este semestre estou fazendo Economia.

Na primeira frase, a palavra economia tem o sentido de atividade econômica; está englobando questões como ritmo de produção industrial, nível de emprego, endividamento externo, dívida pública, taxa de inflação, etc.

Na segunda frase, a palavra Economia tem o sentido de um ramo do conhecimento humano - Economia Política - que, obviamente, tem as questões acima - a atividade econômica - como seu tema de estudo.

Esquemáticamente, temos:



Vejam agora o que vem a ser atividade econômica: trata-se do processo de reprodução material da sociedade. O ser humano apresenta, para sua reprodução como ser vivente, (reprodução significa a capacidade de viver hoje, amanhã, depois de amanhã, etc.), uma série de necessidades materiais que precisam ser satisfeitas inexoravelmente (alimentação, vestuário, habitação, etc.). Evidentemente, as necessidades são dinâmicas e as formas de satisfação igualmente. Pois bem: se todas essas necessidades pudessem ser satisfeitas sem trabalho, como é o caso, por exemplo, da necessidade de respiração, não haveria produção, e, por consequência, não haveria atividade econômica. Mas isto é um raciocínio por absurdo, pois, para a satisfação das necessidades, é preciso trabalho, ou seja, produção, geração de produtos.

O que é portanto trabalho? É o processo de intervenção do homem na natureza, com o objetivo de transformar os elementos naturais em coisas úteis: "Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o homem, com sua própria ação, impulsiona, regula, controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza com uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza" (1).

Portanto,

HOMEM + NATUREZA → PRODUTOS

O processo de geração de produtos, ou seja, o processo de produção é, sempre, um processo social. O indivíduo isolado é uma ficção; o homem sempre produz em sociedade, a partir de uma certa divisão social do trabalho. Depois de produzir os bens de que necessita, a sociedade precisa reparti-los; a isto chama-se de distribuição. Portanto, por atividade econômica entendemos os processos de produção e distribuição dos meios materiais necessários à vida.

Observa-se claramente que atividade econômica é algo inerente à natureza humana, algo que sempre existiu e sempre existirá; ou seja, sempre haverá necessidade humana de se reproduzir material-

Vejam^{os} agora a Economia Polít^{ica}. Segundo John Stuart Mill (século XIX), "a Economia Polít^{ica} nos informa acerca das leis que regulam a produção e distribuição da riqueza" (2).

Verifiquemos a discussão que faz Stuart Mill em torno dos conceitos de riqueza e produção:

a) riqueza - em contraposição ao pensamento mercantilista, que coloca a riqueza como quantidade de ouro (saldos comerciais), Mill, como toda Economia Polít^{ica}, coloca a riqueza como sendo igual a "todos os objetos ú^{teis} ou convenientes à humanida^{de}, com exceção daqueles que podem ser obtidos em quantidade indefinida sem trabalho" (3). Portanto, riqueza = produtos = capacidade produtiva;

b) produção - pode-se focar a produção segundo suas determinações materiais e segundo suas determinações sociais. Se produção é transformação de elementos naturais em coisas ú^{teis} (exemplo: petróleo em gasolina), nela estão envolvidos processos de transformação da matéria que são objeto de estudo das ciências físicas e naturais (Física, Química, Biologia). A produção se tornou, com o advento do capitalismo, objeto de conhecimento em suas determinações materiais; a produção tornou-se uma aplicação tecnológica da ciência. A produção, sob esta ótica, é objeto da Engenharia. Mas a Economia Polít^{ica} não é tecnologia. Qual é, então, o enfoque dado pela Economia Polít^{ica} à produção? O enfoque não é material, mas sim social (já vimos que a produção é, desde logo, algo realizado em sociedade). Daí a afirmação de Stuart Mill: "Economia Polít^{ica} é a ciência que trata da produção e distribuição da riqueza na medida em que elas dependem das leis da natureza humana" (4). O que quer dizer isso? Quer dizer que a preocupação da Economia Polít^{ica} é com a forma pela qual a sociedade se organiza para a produção e, por conseqüência, para a distribuição.

Chegando então ao conceito de Economia Polít^{ica} temos que:

. ECONOMIA POLÍT^{ICA} = ciência das leis que regulam a produção e a distribuição da riqueza em sua dimensão social.

Portanto, a produção (em sua dimensão social) e a distribuição (em seu caráter imediatamente social), possuem leis, cuja descoberta é objeto da Economia Polít^{ica}. Que devemos entender por leis? São leis científicas, que não dependem da vontade das pessoas, ou de instituições, mas sim brotam da natureza do sistema econômico.

Vejam^{os} agora a seguinte questão: já vimos que atividade econômica sempre existiu, e sempre existirá. Ocorre o mesmo com a Economia Polít^{ica}? Ou seja, sempre existiram pessoas refletindo de forma sistemática (científica) sobre a atividade econômica? Resposta: não. Ao contrário da atividade econômica, que é a-histórica, posto que não surgiu em um determinado momento da História, e, em sua aceção geral, não caracteriza nenhuma fase particular da História, a Economia Polít^{ica} não existiu sempre; ela é fruto do capitalismo.

Ilustremos, a partir das fases da História:

Comunismo	Escravidismo	Feudalismo	Capitalismo	Socialismo
A T I V I D A D E E C O N Ô M I C A				
primitivo				

↓
ECONOMIA POLÍT^{ICA}

O que estamos querendo dizer é que o pensamento humano somente toma a forma de Economia Polít^{ica} com o advento do capitalismo (séculos XVIII e XIX). Não existem, portanto, uma Economia Polít^{ica} para o comunismo primitivo, uma Economia Polít^{ica} para o escravismo,

uma Economia Política para o feudalismo, uma Economia Política para o capitalismo, uma Economia Política para o socialismo. O que existe é: a Economia Política estuda o capitalismo.

Vejamos sobre isso algumas citações interessantes de Luiz Gonzaga Belluzzo:

"O nascimento da Economia Política, como disciplina autônoma, está amplamente comprometido com as transformações ocorridas na Europa Ocidental, que culminaram com a Revolução Industrial, na Inglaterra, e a Revolução Francesa, no continente" (5).

"O nascimento da Economia Política, no final do século XVIII, responde, quer às modificações ocorridas no 'impessoal da história', quer às transformações operadas na consciência dos povos. Surge como uma tentativa de explicação de um mundo abarrotado de mercadorias, onde os homens trocavam seus produtos não para consumir, senão para trocar de novo amanhã" (6).

Observamos, das colocações de Belluzzo, que a Economia Política tem seu nascimento ligado ao seguinte fato essencial: as determinações da economia capitalista não são perceptíveis a olho nu; é necessário ciência para desvendá-las. Isto porque, "se aparência e essência se confundissem, não haveria necessidade da ciência".

1. MARX, Karl - O Capital, vol. 1. Os Economistas, São Paulo, Abril Cultural.
2. STUART MILL. John - Da Definição de Economia Política. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural.
3. Idem.
4. Idem.
5. BELLUZZO, Luiz G. M. - Valor e Capital. São Paulo, Editora Brasiliense.
6. Idem.

2 - DA MERCADORIA AO CAPITAL

Vejamos, de início, o que devemos entender por bens e produtos. Um bem é tudo aquilo que satisfaz uma necessidade humana, ou seja, tudo que tem utilidade. Já um produto é tudo aquilo que satisfaz uma necessidade humana e é fruto do trabalho. Ilustrando:

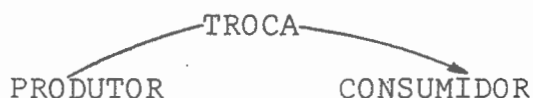


Bens que não são fruto do trabalho

Quanto às mercadorias, elas possuem, ademais de uma utilidade (valor de uso), um valor de troca. Mercadoria, portanto, é tudo aquilo que possui valor de uso e valor de troca.

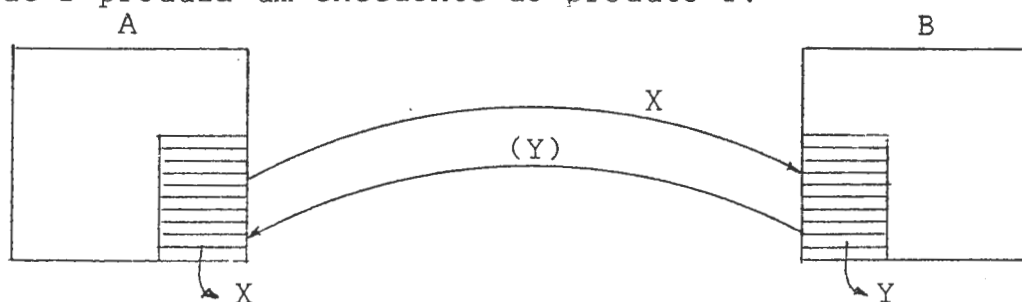
Podemos claramente observar que o produto do trabalho humano, enquanto valor de uso, possui uma determinação a-histórica: sempre existiram e sempre existirão produtos do trabalho. Já o produto enquanto mercadoria (tem valor de uso e valor de troca) possui uma determinação social, histórica: caracteriza uma forma assumida pelos produtos do trabalho em uma determinada época da História.

Vejamos melhor o que é mercadoria; inicialmente, salientemos que, se alguém produz para auto-consumo, não produz mercadoria, produz apenas valores de uso. Da mesma forma, se uma comunidade produz para si própria (uma tribo indígena, por exemplo), não produz mercadoria. Conseqüentemente, para ser mercadoria, o produto do trabalho tem que passar da mão de quem o produz para a mão de quem o consome. Todavia, o trigo que o servo produzia para o senhor na sociedade feudal passava de mãos mas não era mercadoria. Essa passagem tem que se dar por meio de um ato de troca:



Verifiquemos as pré-condições para que o produto do trabalho humano se transforme em mercadoria. Inicialmente, é necessário que exista divisão social do trabalho. Como já vimos, se cada um produzisse tudo que necessitasse, não haveria produção de mercadorias; é preciso, portanto, que o trabalho esteja socialmente dividido. Todavia, divisão social do trabalho sempre existiu; mesmo em uma comunidade primitiva existe uma divisão social do trabalho por sexo, idade, mas não há produção de mercadoria. Trata-se, portanto, de condição necessária, porém não suficiente. Vejamos com mais detalhes o caso de uma comunidade primitiva, uma tribo indígena, por exemplo. Por que o índio, após realizar a pesca, não monta uma pequena banca em sua tribo e vende o peixe que pescou com seu trabalho? A resposta é a seguinte: porque não existe, nesse tipo de sociedade, a instituição da propriedade privada. Se o pescador não vê os instrumentos de trabalho como propriedade privada sua, e por conseqüência também não vê dessa forma o produto do seu trabalho, como poderá pensar em vendê-lo? Também os demais membros da comunidade não enxergam o peixe como propriedade do pescador, não havendo sentido algum em comprá-lo; tal idéia nem se coloca para eles. Nesse caso, todo o produto do trabalho é encarado como propriedade coletiva. Descobrimos, portanto, a segunda condição para o surgimento da mercadoria: a propriedade privada.

Essa instituição da propriedade privada surge inicialmente não dentro das comunidades, mas entre comunidades. É possível, por exemplo, que a comunidade A produza um excedente do alimento X, e a comunidade B produza um excedente do produto Y.



A partir desse fato, pode-se estabelecer uma troca entre as duas comunidades (desde que A queira Y e B queira X, como é óbvio). Essa troca, todavia, possui um caráter fortuito, ocasional, assistemático, ou seja, ocorreu hoje (por causa dos excedentes), mas poderá não ocorrer amanhã. Não se trata, portanto, de uma sociedade mercantil.

O que é sociedade mercantil? É uma sociedade na qual a troca não é fortuita, não é ocasional, mas sim sistemática; caracteriza a forma mesmo de organização da sociedade. Nessa sociedade, o produto é produzido pensando de antemão na troca, ou seja, produz-se para vender. Um pequeno produtor de calçados, por exemplo, não produz para seu consumo e de sua família e, se ocorrer um excedente, le vará ao mercado. Desde o instante em que pensa em produzir o sapato, já o faz pensando em produzir para vender.

Vejamos as características fundamentais de uma sociedade mercantil, para marcar o seguinte fato fundamental: a necessidade da troca.

Citemos o 1º parágrafo do texto de Rubin:

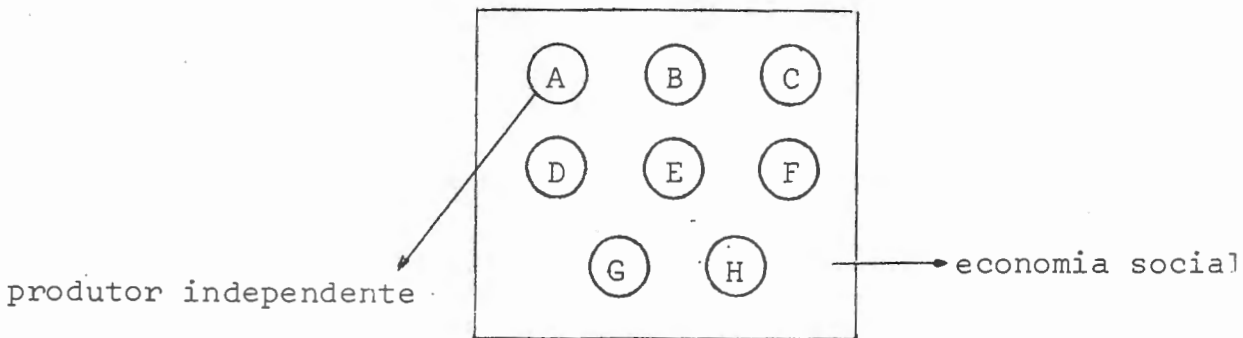
"A característica distintiva da economia mercantil é a de os administradores e organizadores da produção serem produtores independentes de mercadorias (pequenos proprietários ou grandes empresários). Toda empresa isolada privada é autônoma, isto é, seu proprietário é independente, está preocupado apenas com seus próprios interesses e decide o tipo e a quantidade de bens que produzirá. Sobre a base da propriedade privada, ele tem à sua disposição os equipamentos produtivos e as matérias-primas necessárias e, como proprietário legalmente competente, dispõe dos produtos de seu negócio. A produção é administrada diretamente pelos produtores de mercadorias isolados e não pela sociedade. A sociedade não regula diretamente a atividade do trabalho de seus membros, não determina o que var ser produzido nem quanto".

Comentemos esse trecho. Nossa sociedade mercantil é composta, portanto, por diversos produtores independentes. Qual o sentido de independente? Não é, obviamente, que cada produtor está isolado do mundo (inúmeros Robinson Crusóes)... O sentido é o seguinte: considerando a existência da propriedade privada como instituição social, e com óbvio amparo legal, o produtor é proprietário dos meios de produção, e, por consequência, proprietário do produto. Sendo assim, ele possui autonomia para decidir sobre a utilização de coisas que lhe pertencem. Independência tem aqui o sentido de unidade autônoma de decisão. Decisão sobre o que? Ora, sobre as questões econômicas fundamentais, ou seja:

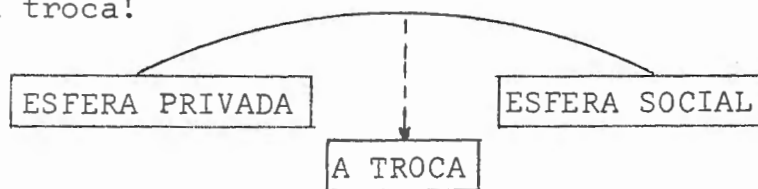
- { O que produzir?
- { Quanto produzir?
- { Como produzir?

Lembre-mo-nos do nosso pequeno produtor de sapatos. Podemos até imaginá-lo sozinho, em sua oficina, pensando sobre: produzir botas de cano longo ou sapatos comuns? Que quantidade? Com qual técnica, a tradicional ou uma nova que viu em algum lugar? Perguntamos: se ele decidir produzir botas de cano longo (em pleno verão), em uma quantidade bastante grande, e com uma técnica que se usava há 300 anos, alguém tem alguma coisa com isto? Se não der certo, problema meu, dirá o sapateiro. Afirmamos já para aprofundamento posterior: existirá alguma instituição (um órgão central de planificação, por exemplo), que informe ao nosso produtor (por meio de um computador) o que ele tem que produzir (a partir de necessidades sociais objetivas, já pesquisadas), quanto e como produzir? Não, evidentemente. Isto seria a completa negação do princípio basilar da liberdade do proprietário privado. Tratar-se-ia de uma completa negação dos fundamentos sobre os quais se assenta a sociedade capitalista.

Vejamos agora um aspecto essencial: lembremos do nosso produtor de sapatos decidindo: tal decisão ocorre no que chamamos esfera privada. Mas todos os produtores independentes, não são, como já afirmamos, isolados; eles estão compondo (e têm que de alguma forma compor) uma economia social. Em outras palavras: produtores que decidem privadamente têm que conformar uma economia social (que se reproduza socialmente).



Qual a forma necessária para que isto se dê? Em outras palavras: qual a ponte que levará da esfera privada para a esfera social? Resposta: a troca!



Vejamos outro trecho de Rubin:

"Por outro lado, todo produtor mercantil elabora mercadorias, ou seja, produtos que não se destinam a seu uso pessoal, e sim ao mercado, à sociedade. A divisão social do trabalho vincula todos os produtores de mercadorias em um sistema unificado que é denominado economia nacional, em um organismo produtivo cujas partes se relacionam e se condicionam mutuamente. Como se cria esse vínculo? Através da troca, através do mercado, onde as mercadorias de cada produtor isolado aparecem de forma despersonalizada, como exemplares isolados de um determinado tipo de mercadoria, a despeito de quem as produziu, ou onde, ou sob que condições específicas"(2).

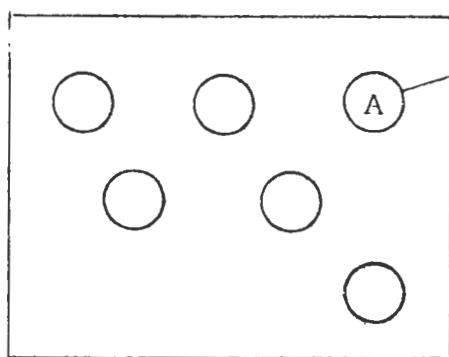
Dessa forma, as relações entre os produtores (relações sociais) se dão através das coisas (produtos do trabalho): "a interação e a influência mútua da atividade de trabalho dos produtores individuais de mercadorias ocorre exclusivamente através das coisas, a través dos produtos de seu trabalho que aparecem no mercado"(3). Voltemos ao nosso produtor de sapatos (produtor A); após sua decisão de produzir, leva, digamos, 10.000 pares ao mercado. O produtor B, que

não alterou em nada suas decisões de produção, será inevitavelmente afetado pelas decisões de A; por exemplo, uma super-produção setorial pode levar a uma queda de 30% no preço do sapato. A "interação e influência mútua" entre A e B ocorreu através do sapato (produto do trabalho). Imaginemos uma indústria fazendo "dumping" contra sua concorrente, o que significa reduzir o preço e trabalhar eventualmente com prejuízo para destruir a concorrência. O proprietário da indústria concorrente pode ser levado à loucura, sem nenhuma ação direta (emocional ou física) do primeiro. A ação se deu indiretamente, pela via do produto.

Marquemos agora uma consequência inicial do que vimos até aqui: sendo a economia capitalista a economia mercantil por excelência, seu caráter mercantil é responsável pelo seguinte fato: a economia capitalista é inerentemente anárquica. Por mais que a grande empresa e o Estado possam planejar o futuro, não podem negar as bases sob as quais se assenta a economia capitalista, não podem transformá-la em uma economia planejada; não podem negar o caráter mercantil/anárquico da produção; não podem, por conseguinte, evitar a imprevisibilidade, a instabilidade da economia capitalista. Essa instabilidade de está alicerçada no caráter mercantil da sociedade. no fato de que as esferas privadas são as esferas de decisão.

É justamente para marcar esse fato, o fato de que a economia capitalista está lastreada na produção mercantil é que se constrói o artifício teórico da economia mercantil simples - trata-se de um alicerce sobre o qual se assenta a economia capitalista.

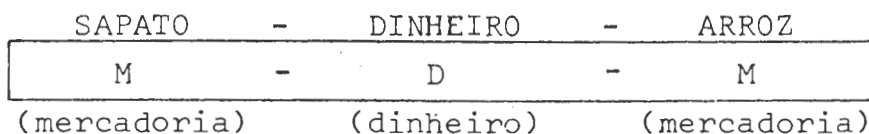
Vejamos o que vem a ser essa economia mercantil simples. Trata-se de uma sociedade na qual os produtores independentes de mercadorias são proprietários dos meios de produção (matérias-primas e instrumentos de trabalho) e por consequência, são proprietários do produto do seu trabalho. Nessa sociedade, os trabalhadores/produtores vendem mercadorias enquanto produtos do seu trabalho.



pequeno produtor - proprietário dos meios de produção - proprietário do produto - vende produtos do trabalho (há uma união entre trabalho e propriedade)

Sociedade mercantil simples

Vejamos a ação de um produtor independente de mercadorias (por exemplo, produtor A, produtor de sapatos) nessa economia mercantil simples. Após produzir os sapatos, o produtor leva-os ao mercado para vendê-los, ou seja, trocá-los por dinheiro. Com o dinheiro nas mãos, compra uma outra mercadoria, da qual necessita, por exemplo, arroz. A circulação fica assim:



O processo tem seu início em uma mercadoria (sapato) e termina em outra mercadoria (arroz); evidentemente, há, entre esses dois pólos, uma diferença qualitativa, posto que não faz nenhum sentido vender sapato para comprar sapato.

Perguntamos: qual o objetivo dessa forma de circulação? Vejamos uma resposta possível: o lucro. Ora, suponhamos que o par de sapato tenha um valor de Cr\$100.000; que o produtor consiga realizar esse valor no mercado; e, finalmente, que ele compre 25 kg de arroz que valem exatamente Cr\$100.000. Ao final temos:

1 par de sapatos ---- D ----- 25 kg de arroz
Cr\$100.000 ---- Cr\$100.000 ----- Cr\$100.000

Ainda que tenhamos aqui apenas uma noção intuitiva de valor, observamos que nosso produtor de sapato não enriqueceu em 1 centavo sequer depois de fechado o circuito; em outras palavras, não teve lucro. No entanto, nem por isso está furioso, deblaterando a sua má sorte, mas sim satisfeito, com seu objetivo realizado. Por que? Porque seu objetivo não era o enriquecimento, a obtenção de lucro, mas sim a satisfação de necessidades (o valor de uso).

M - D - M : objetivo: satisfação de necessidades

Nesse caso, qual o papel do dinheiro? Inicialmente, o dinheiro reflete o valor de todas as mercadorias, é equivalente geral; todas as mercadorias espelham seu valor no dinheiro. Com esta capacidade, o dinheiro permite que as mercadorias circulem: é meio de circulação. Em nosso circuito M - D - M, o dinheiro funciona apenas como um intermediário. O dinheiro não é, nesse caso, desejado por si, mas apenas como instrumento para a circulação de mercadorias, para a satisfação das necessidades.

Para nós, que vivemos em uma economia capitalista, é fácil perceber que essa função é apenas uma das funções do dinheiro. Por exemplo:

- a) recebo meu ordenado e faço uma compra no supermercado. Esse dinheiro está servindo como equivalente geral e meio de circulação;
- b) ganho Cr\$200.000 no bicho e levo minha família à churrascaria!

Mas, e se eu pensar no seguinte: ganhei Cr\$6.000.000.000 na loteria! O que são esses 6 bilhões? Que fazer com ele? Qual a primeira coisa que nos vem à mente quando se tem essa fabulosa quantia nas mãos? Resposta: aplicar, ou seja, transformar dinheiro em mais dinheiro; manter a riqueza presente e ampliá-la. A mudança quantitativa (dos Cr\$200.000 para 6 bilhões) implicou em uma mudança qualitativa; estou percebendo um novo caráter do dinheiro: o dinheiro como capital.

Qual é essa nova forma de circulação? É:

DINHEIRO	-	MERCADORIA	-	DINHEIRO	+	ΔD
D	-	M	-	M	+	ΔD

Como dinheiro só se diferencia de dinheiro sob o aspecto quantitativo, não faz nenhum sentido que o início e o fim do processo representem uma mesma magnitude de dinheiro; nesse caso o objetivo do movimento é a ampliação do montante de dinheiro (o lucro). Agora, a mercadoria é que é intermediária para a consecução do objetivo: o enriquecimento. Nesse caso, o dinheiro se transforma em capital, passa a circular como capital, como valor que busca sua autovalorização.

Vejamos algumas formas antigas de transformar dinheiro em mais dinheiro:

- a) capital usurário: capital a juros

D - D + ΔD

Nesse caso, a ampliação do dinheiro ocorre da forma direta, sem in-

termediários; trata-se, por isso, de forma absurda e ininteligível do capital, como se, por circunstâncias favoráveis de calor, umidade, etc., houvesse a geração espontânea do dinheiro (filho) do dinheiro (mãe). Vejamos isso melhor.

Pensemos em um usurário típico do fim do feudalismo, relacionando-se com a nobreza decadente; o nobre decadente precisa de dinheiro para manter seu fausto (móveis e utensílios, vestuário, caruagem, criadagem, etc.). Evidentemente, em se tratando de nobre decadente, é, por definição, carente do dinheiro necessário. Empréstimo do usurário, que pretende receber depois de algum tempo o principal mais um acréscimo a título de juros. Perguntamos: de onde ele vai tirar esse ΔD ? Resposta: da riqueza que possui (por exemplo: terras). Fica, portanto, claro o caráter parasitário do usurário; ele enriquece às custas do empobrecimento de outros; não auxilia em nada na criação de riqueza; antes pelo contrário, aprofunda a decadência do sistema do qual suga sua riqueza crescente. Não é por outra razão que, no período feudal, foram tão fortes as condenações à usura (Igreja, Lutero).

b) A forma MERCANTIL

Quando se coloca o enriquecimento sob a forma Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro, a primeira coisa que nos vem à mente é a atividade de COMÉRCIO, ou seja, COMPRAR UMA MERCADORIA USUAL (QUALQUER) POR UM PREÇO E VENDÊ-LA POR UM PREÇO MAIOR. Esta é a lei do comércio: COMPRAR BARATO E VENDER CARO. Vamos agora imaginar que todos os trabalhadores/produtores vendem produtos do seu trabalho. Para que alguém ganhe dinheiro através do comércio é necessário se interpor entre a produção e a venda, pagando pouco ao produtor e cobrando caro do comprador. Será que esta ação pode sustentar uma economia capitalista? Ora, a classe capitalista não pode ser constituída a partir do engano recíproco. Isto porque a forma mercantil do capital é, caracteristicamente, um roubo, uma mudança de mãos de uma riqueza já criada; não contribui em nada para a criação da nova riqueza. E foi esta a forma hegemônica no período imediatamente anterior à constituição do capitalismo: século XVI e XVII.

Vejamos rapidamente como se dava essa forma mercantil: imaginemos inicialmente uma região - Europa - na qual a circulação de mercadorias esteja bastante desenvolvida, e os agentes econômicos possuam uma noção bastante boa de mercados e preços; pensemos agora em uma região - Índia, por exemplo - que vive em um estágio de economia pré-capitalista, com a produção organizada em aldeias auto-suficientes, que produzem para auto-consumo, não produzindo, portanto, mercadorias; obviamente, os produtores nessa sociedade não têm noção de mercados, custos e preços. Imaginemos agora o relacionamento, entre as duas regiões: evidentemente, os comerciantes europeus têm noção exata do preço que podem alcançar pela seda (produzida na segunda região) nos mercados da Europa. Como os produtores de seda desconhecem completamente o comércio, podem trocar a seda por qualquer mercadoria de baixo valor. Na verdade, os comerciantes acercavam-se da região produtora, transformavam-na em um mercado cativo, e carregavam a mercadoria para mercados consumidores. Isto é exatamente igual ao saque, ao roubo; ou seja, uma simples mudança de mãos da riqueza (aliás, no caminho para a Índia, poder-se-ia, de passagem, saquear um navio inimigo)

Ora, esta não é a forma capitalista de extrair mais dinheiro do dinheiro; tanto é verdade que nações (ou cidades/Estado) que se especializaram com grande sucesso nessa forma mercantil não descobriram a forma capitalista e foram passadas para trás (Holanda e Veneza, são os melhores exemplos). A forma capitalista por excelência está ligada a uma nova forma de organizar a produção. O capitalismo in-

naugura uma nova forma de organização da produção. O capitalista é capitalista industrial; é capitalista produtivo.

O capitalista ORGANIZA A PRODUÇÃO, é ORGANIZADOR DA PRODUÇÃO: Não é parasita da sociedade decadente, e nem transfere riqueza para suas mãos pela via do comércio. Ele auxilia, ele cria (no sentido de gerar as condições para) riqueza nova (novos produtos).

Vejamos um exemplo simples desse fato: a SICOM está finalizando a criação de uma nova unidade em São Carlos. Perguntamos: foram os trabalhadores dessa indústria os responsáveis por esse decisão? Obviamente não, pois eles nem existem, serão ainda contratados. A PRODUÇÃO É UMA DECISÃO DO EMPRESÁRIO; ao trabalhador cabe apenas decidir, quando possível, a não-produção. E por que? Simplesmente porque o processo de produção é um processo no qual todos os elementos são de propriedade do capitalista. Vejamos melhor esse ponto:

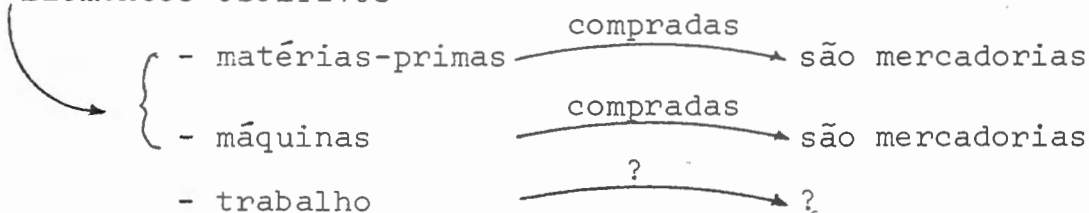
Todo processo de produção é, inexoravelmente, um processo composto dos elementos simples:

Elementos simples do processo de trabalho	{	<ul style="list-style-type: none"> - TRABALHO (atividade adequada a um fim) - OBJETO DE TRABALHO (matéria-prima) - MEIOS DE TRABALHO (instrumentos de trabalho)
---	---	--

Ora, as matérias-primas são mercadorias, têm que ser compradas; da mesma forma as máquinas são mercadorias; têm que ser compradas. A produção capitalista não é setorial, é generalizada; todos os meios de produção são produtos de empresas capitalistas, produzidas para vender, e com lucro. Nesse sentido, observa-se que a PROPRIEDADE CAPITALISTA É PROPRIEDADE DE UM FUNDO LIVRE DE MERCADORIAS; estão disponíveis para quem tiver dinheiro para comprar. Não está escrito em uma máquina que ela se destina a ser propriedade de fulano ou sicrano. As máquinas de uma mesma espécie são mercadorias expostas ao gosto dos que puderem levá-las. Difere, portanto, da propriedade pré-capitalista, que é um pressuposto da produção (que antecede a produção), um legado da tradição por laços de sangue.

Então, os elementos OBJETIVOS têm que ser comprados:

Elementos OBJETIVOS



E o que acontece com o elemento subjetivo, o TRABALHO HUMANO? Não se pode dizer que se compra e vende trabalho, posto que o trabalho é homem em ação, confunde-se com a corporeidade humana; se se vende trabalho, vende-se a si mesmo, transformando-se em escravo; nesse caso, o homem é mercadoria. O que acontece é que se vende e se compra FORÇA DE TRABALHO, entendido como CAPACIDADE DE TRABALHAR, POTENCIAL DE TRABALHO. Em outras palavras, a força.

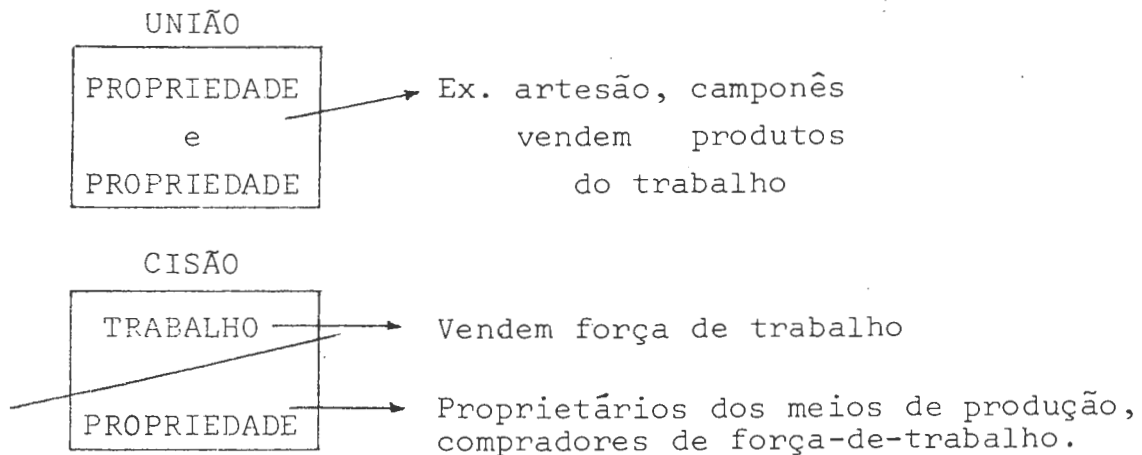
A FORÇA DE TRABALHO SE TRANSFORMOU EM MERCADORIA.

A dizer que a força-de-trabalho é mercadoria, dizemos que ela tem utilidade (valor de uso) e valor-de-troca. A utilidade de uma mercadoria é algo a respeito da qual devemos consultar seu consumidor. Qual a utilidade da força-de-trabalho para seu consumidor, o capitalista? Como ele a consome? Fazendo-a TRABALHAR, Portanto, o va

lor-de-uso da mercadoria Força de Trabalho é o TRABALHO mesmo. Vamos pensar, por exemplo, que eu, na qualidade de empresário, contratei um determinado operário. Percebo dias depois que o trabalhador sistematicamente não trabalha (falta, enrola, conversa, etc.). Que faço? Mando-o embora! E é coisa justa, pois afinal firmamos contrato; minha parte era pagar, a parte dele trabalhar. Comprei uma mercadoria que se mostrou posteriormente de má qualidade!

Quanto ao valor-de-troca, possui sua expressão monetária no SALÁRIO que se paga (por dia ou mês) aos trabalhadores para que possam reproduzir-se como trabalhadores.

Vejam rapidamente a seguinte questão: existiram sempre pessoas interessadas em vender força-de-trabalho? Lembremo-nos de nosso produtor independente de sapatos, em uma economia mercantil simples. O que é que ele vendia? Vendia sapatos, produtos de seu trabalho, e não sua força de trabalho. Por que? Porque ele era proprietário dos meios de produção e, por consequência, proprietários dos produtos do seu trabalho. Ocorre nesse caso uma UNIÃO ENTRE TRABALHO e PRÓPRIEDADE. É necessária, portanto, uma cisão entre trabalho e propriedade para que alguns vendam e outros comprem força de trabalho.

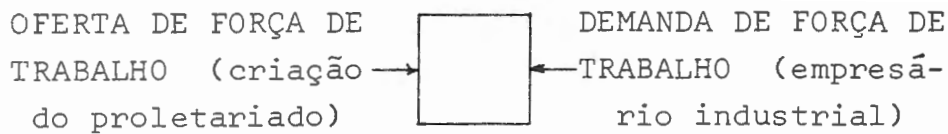


Em outras palavras, é necessário que os produtores sejam expropriados de meios de produção, achem-se despojados dos elementos materiais necessários à produção.

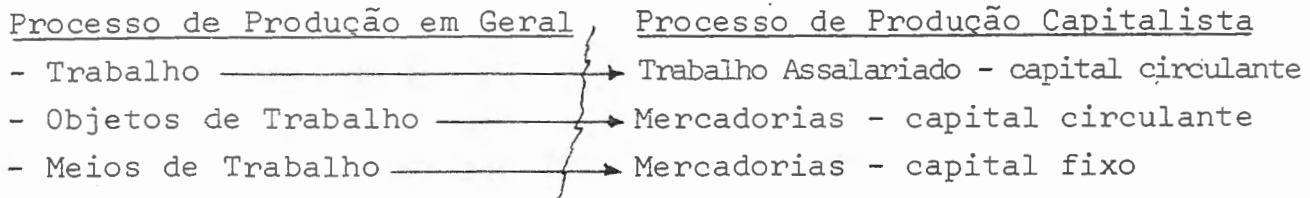
Ademais disto, é necessário que o indivíduo seja trabalhador livre, no sentido de que vende sua força-de-trabalho para quem quiser, e sempre por tempo não ilimitado (qualquer uma das partes contratantes pode rescindir o contrato a qualquer tempo); caso contrário, seria escravo ou servo, e não trabalhador assalariado.

Todavia, não basta que existam pessoas despossuídas, interessadas em vender sua força de trabalho em troca de um salário, como única forma de prever sua subsistência; é necessário que existam pessoas interessadas em comprá-las; em outras palavras, em empregá-las, juntá-las no sentido de produzir, ou seja, organizar a produção como negócio lucrativo. O próprio termo proletariado tem origem na Roma antiga; o proletariado romano era tão despossuído de meios de produção quanto o proletariado moderno, posto que não tinha a propriedade por excelência que era a propriedade da terra; todavia, em pleno escravismo, como iria surgir um empreendedor que tivesse a idéia de empregá-los de alguma forma para a produção, para o trabalho? O trabalho era um opróbrio! As preocupações eram bem outras: como manter as conquistas, dominar revoltas, controlar escravos, etc.

Portanto, é necessário:



Concluindo, ao mesmo tempo em que Objetos de trabalho e Meios de Trabalho tomam a forma de mercadorias de propriedade do capitalista, o trabalho toma a forma de trabalho assalariado.



Como fica agora o circuito do capital?

D - M - D + D

$$D - \left\{ \begin{array}{l} \text{Objetos de Trabalho} \\ \text{Meios de Trabalho} \\ \text{Força de Trabalho} \end{array} \right\} - \text{Produto} - D + \Delta D$$

Diferentemente das duas forma anteriormente mencionadas, a forma capitalista de transformar o dinheiro em mais dinheiro passa pela organização da produção; evidentemente, a possibilidade do LUCRO (remuneração do capital) está lastreada na forma capitalista de organização da produção, ou seja, à base do trabalho assalariado. Os elementos materiais (matérias-primas e instrumentos de trabalho) não podem, por si só, serem fonte do lucro, pois, se assim fosse, tal coisa ocorreria em qualquer sociedade, pois são eternos e imprescindíveis. Os valores das matérias-primas e das máquinas são transferidos aos produtos e recuperados. Os primeiros se transferem integralmente a cada período de produção, período que vai da entrada da matéria-prima até a saída do produto, pois perdem integralmente sua forma original metamorfoseando-se em produto. Por isso são parte do capital circulante, que tem que ser repostos a cada período de produção. Já as máquinas e instalações atravessam vários períodos de produção, de forma que seu valor é recuperado na mesma medida em que se perde, aos poucos, gradativamente.

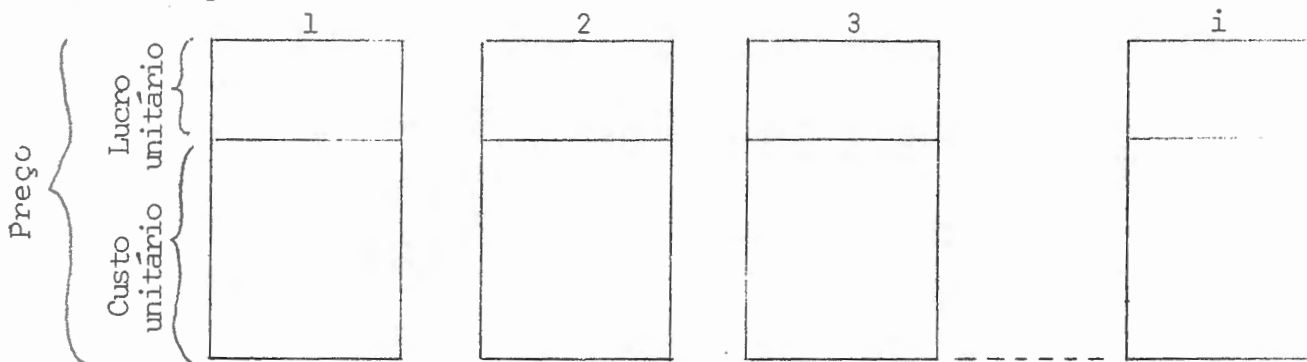
A expansão do valor inicialmente adjudicado à produção, a transformação de D em D + ΔD, ou seja, a transformação do processo de trabalho em um processo de valorização do capital está determinada pela forma social de organização da produção. Em outras palavras, organizando-se a produção capitalisticamente, com proprietários do capital e proprietários de força de trabalho (trabalhadores assalariados), estão postas as condições para o surgimento do lucro. Em uma sociedade cuja produção se organiza desta maneira, o lucro do capitalista aparece como desdobramento natural da produção, como coisa normal (anormal é produzir sem lucro). Evidentemente, esse conceito de natural deve ser entendido como histórico-natural, pois, como procuramos sempre realçar, o lucro (ou seja, o capital) é uma categoria específica e característica da economia capitalista, forma historicamente determinada de organização social da produção. Não se trata, como querem alguns, de algo próprio da naturalidade humana abstrata, mas sim da naturalidade concreta da sociedade capitalista. Esse entendimento do lucro como coisa natural é, obviamente, amplamente disseminado pela

sociedade capitalista, de tal forma que todos o tomam como um dado, sem refletir sobre sua natureza. Também do ponto de vista da Economia como ciência, as questões estarão colocadas a partir da constituição da sociedade capitalista, ou seja, a partir da existência das condições para o aparecimento do lucro. Por isso, o estudo que se faz é, fundamentalmente, sobre a magnitude da taxa de lucro, os efeitos das flutuações desta sobre o investimento, do investimento sobre o lucro, etc. Ou seja, parte-se da existência do lucro para o entendimento do funcionamento da economia capitalista.

3 - CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA: noções básicas

Procuramos neste texto esclarecer o caráter, a natureza da concorrência intercapitalista. Para nosso raciocínio, é importante supor o seguinte: estamos no século XIX, época conhecida como fase do capitalismo concorrencial; nesse caso, o número de empresas concorrentes no mercado é grande, o tamanho das empresas é reduzido (pequena escala de produção), o produto apresenta reduzido grau de diferenciação, e os agentes econômicos (empresas e consumidores) possuem informações sobre a situação do mercado, fundamentalmente sobre os preços cobrados pelos diferentes produtores.

Pois bem, dados os pressupostos acima, podemos imaginar a seguinte situação da indústria (conjunto de firmas que concorrem entre si) no período t_0 : todas as empresas trabalham com a mesma técnica de produção, possuindo a mesma estrutura de custos (obviamente estamos nos referindo aos custos diretos)(1); também todas cobram o mesmo preço, e têm, em consequência, o mesmo lucro unitário. Ilustremos essa situação:



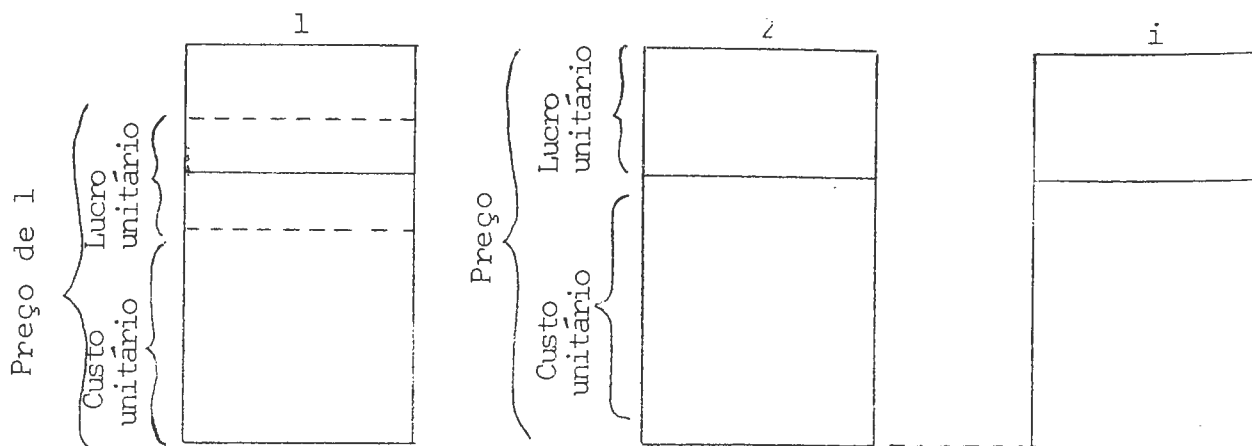
Passemos agora para o momento t_1 ; ocorre a seguinte mudança: o capitalista 1 introduziu progresso tecnológico ao nível do processo produtivo: trata-se do conhecido empresário inovador de Schumpeter. Essa nova técnica, digamos, uma nova máquina, mais eficiente, permite, a um só tempo, aumento de produtividade do trabalho e redução do custo unitário (é importante ter em conta que a introdução de progresso técnico, ao nível de processo, reduz inequivocamente o custo unitário direto - materiais e mão-de-obra; nada se pode afirmar sobre os custos indiretos). Para dar conta de vender sua produção incrementada, o empresário 1 reduz seu preço, forma típica de concorrência na fase capitalista concorrencial. Dessa maneira, puxa para si compradores de seus concorrentes, supondo, como é plausível, dados os pressupostos com os quais trabalhamos, que sua produção cresça mais rápido que o mercado da indústria.

Quanto aos concorrentes, têm eles duas alternativas imediatas, ambas ruins: vender ao preço anterior e perder compradores, ou reduzir o preço e perder lucro; se entrarem em uma competição em preços, na situação em que se encontram, poderão chegar rapidamente na faixa de prejuízo.

Ilustremos o momento t_1 (página seguinte).

Notamos pela ilustração que o capitalista 1 pode reduzir o seu preço e ainda aumentar sua margem de lucro; basta para tanto que o custo unitário diminua mais rapidamente que o preço.

Observemos que a ação do empresário 1 está tendo efeitos importantes no mercado e, enquanto ele tiver o monopólio da nova técnica, abocanhará um lucro extraordinário, que deixará de existir quando a nova técnica for amplamente difundida, o que explica seu interesse em manter esse monopólio. Qual a saída para os concorrentes?



Introduzir a nova técnica, de forma a permanecer no mercado; fatalmente, aquele que não fizer isso será expulso do mercado; chegará um dia em que terá que fechar por absoluta falta de competitividade.

Então, chegaremos a um momento t_2 , onde tudo se equilibra, com nova técnica difundida, menos empresas no mercado, menores custos e preços mais baixos.

Essa nova situação permanece por algum tempo (noção de equilíbrio) até que seja superada novamente por alguma outra inovação? A resposta é NÃO, pois a concorrência é um processo DINÂMICO, ao invés de se chegar a um novo equilíbrio, o que se tem é um permanente desequilíbrio. Vejamos: o empresário 2 pode, ao invés de procurar alcançar o 1, procurar superá-lo, reduzindo ainda mais seu custo unitário; já o empresário 1, por ter saída na frente, possui vantagens em relação aos demais; acumulou recursos a título de lucros extraordinários durante algum tempo, e tem conhecimento mais desenvolvido da técnica mais avançada. Portanto, pode ir à frente, antes que se difunda a técnica anterior (2) (*).

Depois de um certo tempo, relativamente longo, de acordo com o que estamos mostrando, podem ter saído várias empresas do mercado, e as que ficaram têm uma escala de produção bastante grande. A concorrência intercapitalista levou, portanto, à CONCENTRAÇÃO DE CAPITAIS.

Fixemo-nos agora em um aspecto essencial da concorrência intercapitalista: sua beligerância. O famoso economista polonês Michel Kalecki afirmou com brilhantismo: "os capitalistas fazem muitas coisas como classe, mas, seguramente, não investem como classe". O que isso quer dizer? Quer dizer que, em vários casos, como por exemplo na luta contra a pressão dos sindicatos, contra algumas políticas do Estado, os empresários agem enquanto classe; porém, na hora de investir, o fazem enquanto CONCORRENTES.

No nosso exemplo hipotético, imaginemos que o capitalista 3, que não aguentou a luta da concorrência e fechou sua fábrica, fosse entrevistado; que é que ele diria? Provavelmente lançaria, ao longo do discurso, alguns improperios contra o capitalista 1, que encetou a guerra de preços que o fulminou. Diria que a intenção do con-

(*) Vale a pena mencionar que, no caso do capitalismo concorrencial que estamos examinando, os processos de incorporação e difusão do progresso técnico, com incremento da produtividade social do trabalho, levam a um movimento contínuo de redução do preço. Existe, portanto, um paralelismo entre os movimentos de elevação da produtividade e redução no preço, o que permite que os benefícios do aumento da produtividade sejam difundidos pela economia (não sejam "represados" pelas empresas).

corrente era essa mesmo: tomar seus mercados, obrigá-lo a fechar. Ao longo do processo de concorrência, poderiam até se encontrar em uma reunião do sindicato patronal e tratar-se cordialmente; todavia, na verdade, viam-se mutuamente como adversários.

NOTAS

- (1) Como custo direto entende-se aquele custo necessário à produção: custos de materiais (matérias-primas, componentes, energia, etc.) e mão-de-obra (trabalhadores diretamente envolvidos na produção). Os custos indiretos são constituídos pela depreciação, custos de vendas, "over-heads", alugueis, seguros, juros, etc.
- (2) É bom salientar que essa vantagem é inequívoca apenas no caso em exame, em que as escalas de produção são pequenas, e são reduzidas as massas de capital investidas em capital fixo, tanto em termos absolutos quanto em relação ao capital total. Isso permite maior facilidade na mudança técnica quando alguma inovação importante nos processos aparece em cena. Caso contrário, se o montante investido em capital fixo for muito vultoso, o empresário que introduz a inovação fica "preso" à técnica incorporada, pois a incorporação de nova tecnologia, logo após, implicaria em desvalorização de um montante bastante grande de capital.

4 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCORRÊNCIA PERFEITA

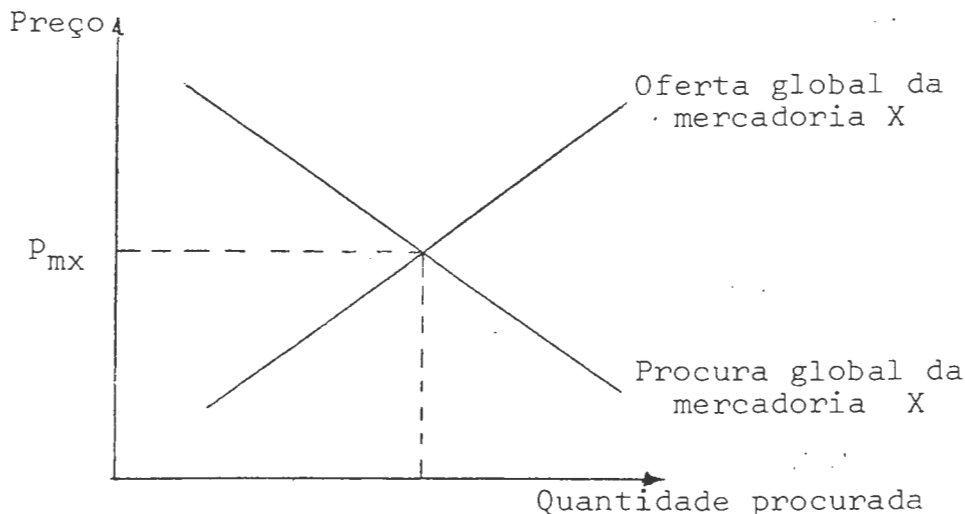
Procurando sempre compará-lo com o esquema que traçamos para a concorrência intercapitalista, vejamos agora o chamado modelo de concorrência perfeita.

As principais características do mercado de concorrência perfeita são as seguintes:

- a) produto homogêneo. Observe que, quando montamos o esquema para entendimento do chamado capitalismo concorrencial, fizemos a suposição de que o grau de diferenciação dos produtos era reduzido; no caso da concorrência perfeita, radicaliza-se essa suposição; trata-se de perfeita homogeneidade entre os produtos, e que torna absolutamente indiferente para os compradores, adquirir de qualquer produtor.
- b) Grande número de empresas e consumidores, de tal modo que nenhuma empresa ou nenhum consumidor pode, sozinho, determinar ou influenciar o preço da mercadoria. Esta característica fundamental será comentada com mais detalhes à frente.
- c) Perfeita informação. Também em nosso esquema anterior, fizemos a suposição de que "os agentes econômicos (empresas e consumidores) possuem informações sobre a situação do mercado, fundamentalmente sobre os preços cobrados pelos diferentes produtores". Todavia, o que se supõe no modelo de concorrência perfeita é que a informação é plena, ou seja, cada alteração, por menor que seja, no preço cobrado por qualquer produtor, será instantaneamente percebida por todos os agentes envolvidos no mercado do produto em questão.

Vejamos o funcionamento do mercado de concorrência perfeita, enfatizando seu aspecto crucial, qual seja, que "nenhuma empresa tem poder para influenciar o preço da mercadoria". Observe-se que não se está dizendo que nenhuma empresa tem poder para administrar ou determinar o preço, mas sim influenciar. O que isto quer dizer? Quer dizer que, para todas as empresas, o preço de seu produto é um dado, determinado pela oferta e procura globais. Ilustremos esse fato:

Curvas de oferta e demanda da mercadoria X

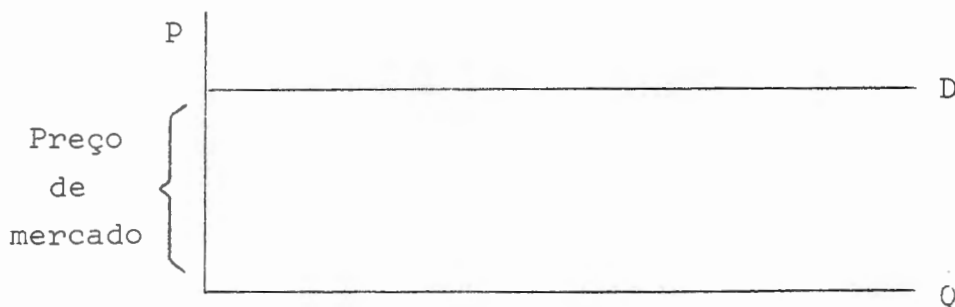


Sendo:

p_{mx} = preço de mercado da mercadoria x (vale a pena observar que podemos trabalhar com o conceito de preço de mercado em virtude da suposição de homogeneidade do produto).

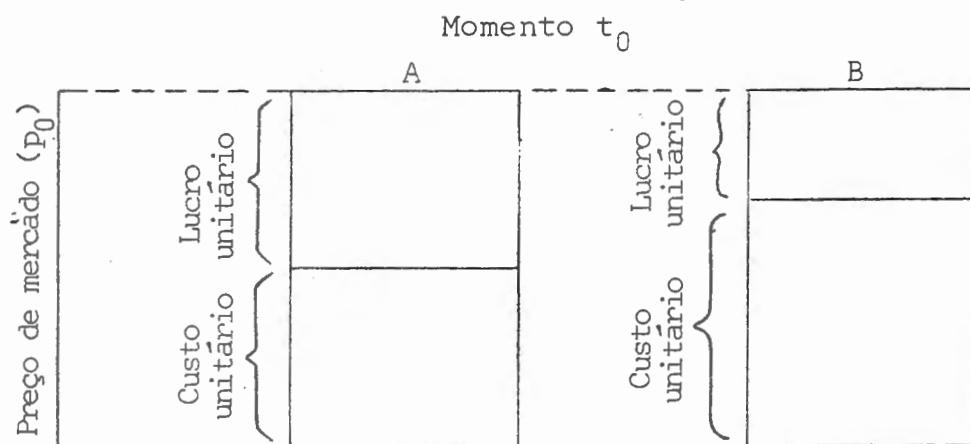
Para que p_{mx} seja tomado como um dado por todas as empresas produtoras, é necessário supor que o número de empresas concor-

rentes seja extremamente grande (tenda ao infinito) e, ao mesmo tempo, que cada empresa seja infinitamente pequena, de tal forma que, qualquer que seja sua ação, (por exemplo, multiplicar a produção por 10, por 100, por n) não consegue nunca influenciar o mercado. Portanto, para cada empresa individual, a curva de demanda é a seguinte:



Não há, portanto, nenhum estímulo ao produtor para baixar o preço de seu produto, pois ele vende a quantidade que produzir ao preço de mercado. Se, porventura, um produtor vender por um preço ligeiramente superior ao preço de mercado, ficará sem nenhum comprador, em virtude do pressuposto de perfeita informação; o produtor tem que vender sempre ao preço de mercado.

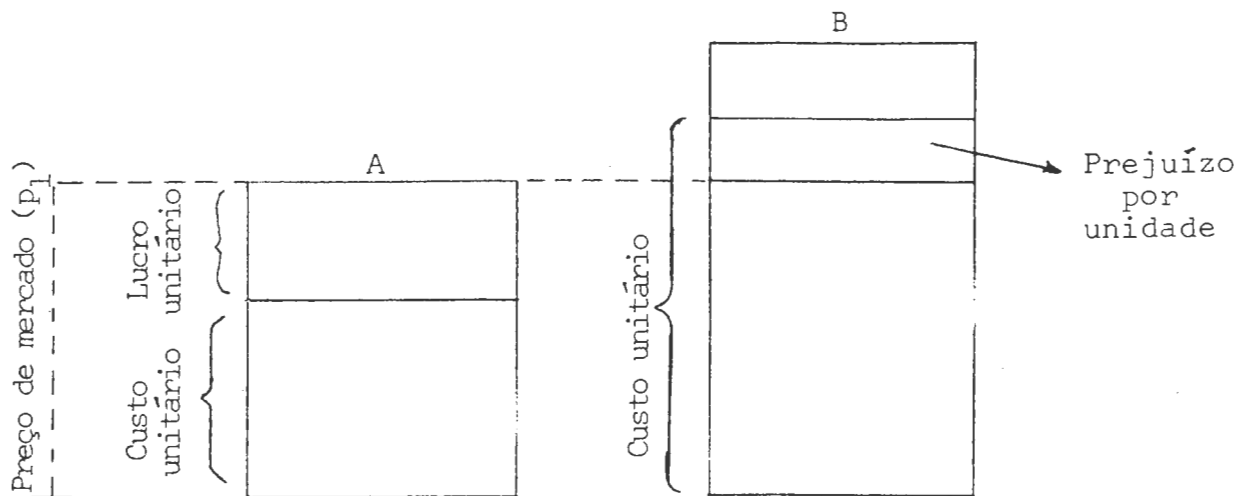
Ilustremos o funcionamento da concorrência perfeita imaginando a existência de duas empresas produzindo em concorrência perfeita, sendo as empresas bastante próximas uma da outra. Vejamos a situação das empresas A e B no momento t_0 .



Observamos que a empresa A está em melhor situação que a empresa B. Através da introdução de progresso tecnológico e/ou mudanças organizacionais, conseguiu reduzir sensivelmente seu custo unitário, de tal forma que consegue uma margem de lucro bem maior ao preço p_0 ; ainda que tenha margem de lucro mais baixa, a indústria B ainda consegue manter-se em funcionamento. Suponhamos agora que, por uma razão qualquer, caia o preço de mercado ($p_1 < p_0$). Vejamos a nova situação (momento t_1).

Notamos que, ao novo preço de mercado (p_1), a empresa A, por ter realizado melhorias técnicas e/ou organizacionais redutoras de custo, ainda consegue alguma margem de lucro, ainda que tenha se reduzido; todavia, a empresa B, que continuou com a estrutura de custos anterior, não consegue sequer cobrir os custos ao novo preço de mercado p_1 , se este se mantiver por algum tempo, a empresa B terá que sair do mercado.

Após essa ilustração, façamos uma pergunta: o que a concorrência perfeita elimina? Em comparação com nosso esquema anterior,



será que poderíamos concluir que a concorrência perfeita elimina o estímulo ao progresso técnico? Não, pois, como vimos em nosso exemplo hipotético, o empresário que introduziu progresso técnico não só conseguiu margem de lucro maior no momento t_0 , como conseguiu se defender da queda do preço de mercado, mantendo-se em atividade. A resposta correta é a seguinte: o modelo de concorrência perfeita elimina a beligerância imanescente à concorrência intercapitalista.

Vimos, no primeiro tratamento dado à concorrência, que existe um empresário que sai à frente e, através de redução de seus custos, dá início à guerra de preços, procurando, com a diminuição de seu preço, atrair para si a parcela de mercado dos demais. Ora, a ação desse empresário será respondida pelo concorrente, que claramente o identifica como aquele que iniciou a pugna.

Já na concorrência perfeita, não existe qualquer conflito intercapitalista. O preço de mercado é determinado em uma esfera distante; longínqua, sobre a qual nenhum produtor individual tem qualquer interferência, e, depois de fixado, os produtores tomam o preço, comparam seus custos e verificam seu estado. A ação de qualquer produtor nunca influencia outro produtor. Não há conflito. Ao invés de um rio turbulento, a concorrência se transforma em um manso lago. Esta é a grande insuficiência do modelo de concorrência perfeita.